

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

**BH - SETEMBRO - 2008**  
**ANO 14 - NÚMERO 131**

A administração do desembargador Orlando Carvalho chega ao fim neste mês. Um dos focos da gestão foi o aprimoramento da solução dos conflitos, buscando reduzir o acervo das 1ª e 2ª Instâncias. A tecnologia, a conciliação, a redução de gastos e os recursos humanos mereceram atenção constante. A estrutura física do Tribunal também foi aprimorada. Nas fotos, o lançamento do processo judicial eletrônico, a primeira transmissão *online* de sessão da Corte Superior e do Tribunal do Júri (1ª coluna); inauguração do Juizado Especial de Barbacena, realização de prova oral de concurso para juiz e lançamento da Semana da Conciliação de 2007 (2ª coluna). Ao lado, o presidente em entrevista à *Rádio TJ* e no lançamento da pedra fundamental da nova sede do TJMG.

**Páginas 6 e 7**



Marcelo Albert



Marcelo Albert



Marcelo Albert



Guilherme Dardanham



Marcelo Albert



Marcelo Albert

## Gestão de desafios e conquistas



Marcelo Albert



Guilherme Dardanham

# Publicidade: princípio constitucional

Orlando Carvalho - *presidente*

Não faltam aqueles que interpretam a divulgação das ações de uma gestão como mera demonstração de vaidade. No entanto, não se pode negar que a publicidade é um dos cinco princípios fundamentais da Administração Pública, previsto no artigo 37 da Constituição Federal. É necessário dar satisfação do que foi feito: o desenvolvimento e aprimoramento de ações já iniciadas, bem como a implementação de outras.

E não poderia ser diferente, porque esta administração foi marcada pela "comunicação", tanto voltada para o público interno quanto para o público externo. Respondi a todas às demandas da imprensa prontamente, como convém a um administrador público, mesmo nos momentos mais difíceis e polêmicos.

Somente de julho de 2007 a junho de 2008, houve cerca de 4,2 mil notícias em um total de 18 veículos pesquisados. Isso representa uma média de 11,5 matérias publicadas diariamente. Foram veiculados quase 30 artigos em veículos locais e nacionais.

Por meio do *Fale com o Presidente*, magistrados e servidores passaram a contar com um canal direto de acesso à Presidência. Cerca de 1,6 mil mensagens foram recebidas e respondidas.

Posso citar, como conquista, o início das obras da nova sede do Tribunal de Justiça, que irá representar a verdadeira integração da 2ª Instância.

Foi consolidado o modelo de funcionamento da 2ª Instância. Temos hoje resultados comprovados, fruto do empenho de vários outros presidentes do TJ: em 24 horas, os processos de competência originária chegam às mãos dos desembargadores; para os recursos, esse prazo é de 48 horas úteis.

As câmaras do TJMG, regra geral, julgam ações em 90 dias – em mais de 12% dos casos, as decisões têm sido prolatadas em menos de 30 dias. Os julgamentos na 2ª Instância têm superado o índice de 90% em relação ao número de processos distribuídos.

O redesenho da 1ª Instância também está em fase de conclusão. Serão necessárias mudanças em

função da aprovação da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias, que trará impactos, requerendo mais estudos.

É preciso destacar que foram realizados mutirões para agilizar os serviços, tanto na 2ª quanto na 1ª Instância. Nova regulamentação foi publicada, para incrementar a atuação das equipes de apoio.

As conciliações foram enfatizadas e têm sido adotadas com êxito e o processo judicial eletrônico foi uma inovação desta gestão. Ainda merecem destaque o Diário do Judiciário Eletrônico, o Sistema Hermes, para envio e recebimento de atos administrativos, bem como o alvará de soltura eletrônico; o sistema de transmissão eletrônica de carta precatória; a assinatura eletrônica do juízo de admissibilidade de recursos extraordinários e especiais, dentre outras iniciativas.

Além disso, é preciso citar o esforço para incremento da gestão orçamentária e, na área de pessoal, a regularização do quadro de terceirizados. De setembro de 2006 a junho de 2008, foram nomeados 1.931 novos servidores aprovados em concurso: 1.264 para a 1ª Instância e 667 para a 2ª Instância. Nomearam-se também 68 juízes dos concursos de 2006 e 2007.

Houve empenho para quitação de débitos de exercícios anteriores, relacionados aos vencimentos de magistrados e servidores; efetuou-se o pagamento dos seis níveis dos servidores, cuja lei foi aprovada na gestão anterior; houve aumento do auxílio-refeição e auxílio-creche. Foi encaminhado projeto de lei para a Assembléia, visando ao reajuste de vencimento de servidores.

O *Portal TJMG* ganhou *links* especiais voltados para o público interno, tendo sido criadas a *Central do Magistrado* e a *Central do Servidor*. Todas as decisões administrativas de interesse foram, imediatamente, disponibilizadas.

Destaco que tudo é resultado do trabalho de equipe, da continuidade das ações de outras administrações, ou seja, temos o mérito dos magistrados e servidores dedicados ao Judiciário.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

**Presidente:** Orlando Adão Carvalho;

Sérgio Resende (a partir de 04/09/08);

**1º Vice-Presidente:** Cláudio Costa;

**2º Vice-Presidente:** Reynaldo Ximenes Carneiro;

**3º Vice-Presidente:** Jarbas Ladeira;

**Corregedor-Geral:** José Francisco Bueno;

**Superintendente de Comunicação:** Alexandre

Victor de Carvalho; **Secretário Especial da**

**Presidência:** Luiz Carlos Elói; **Secretária do**

**Presidente:** Sidneia Simões; **Assessora de**

**Comunicação Institucional:** Goretti Paiva;

**Gerente de Imprensa:** Wilson Menezes;

**Editoras e Jornalistas Responsáveis:**

Ione Bernadete Dias - RG nº 1929/MG e

Patrícia Melillo - RG nº MG 04592/JP;

**Revisão:** Pedro Jorge Fonseca; **Designer**

**Gráfico:** Úrsula Baião; **Fotolito e Impressão:**

Lastro Editora Ltda.

**Ascom TJMG:** Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

*E-mail:* [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

**Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:**

31 3289-2520

**Ascom Fórum BH:** 31 3330-2123

**Tiragem:** 20 mil exemplares

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo *e-mail* [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).

## TJMG elege novo presidente

O desembargador Sérgio Resende foi eleito, no dia 4 de agosto, para o cargo de presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ele sucede ao atual presidente, desembargador Orlando Carvalho, a partir de 04/09/08. Natural de Sacramento e bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro de Uberaba, Sérgio Resende é desembargador desde 1994. Entre 2004 e 2006, foi 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes



Rossana Souza

# TJ se prepara para a Semana da Conciliação

Edson Junior

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais já iniciou os preparativos para a III Semana Nacional da Conciliação, que vai ser realizada do dia 1º ao dia 5 de dezembro de 2008. O evento integra o Movimento Nacional, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2006. O objetivo é resolver o maior número possível de litígios através de acordos entre as partes, num esforço concentrado de uma semana.

Na segunda edição da Semana Nacional, realizada em dezembro de 2007, participaram 182 comarcas em todo o Estado, representando uma adesão de quase 90%. Foram celebrados cerca de 6.500 acordos cíveis em apenas uma semana de mutirão. Para 2008, a expectativa é o aumento desses números, tanto na porcentagem de comarcas participantes quanto na quantidade de acordos homologados.

“Um dos pontos que nós desejamos aprimorar é a seleção dos processos que vão para as audiências de conciliação”,

André Leite Praça ressaltou o excelente número de conciliações alcançado pela comarca de Governador Valadares

revela o juiz titular da 6ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, André Leite Praça, que preside a Comissão Especial Temporária responsá-

**O objetivo é resolver o maior número possível de litígios através de acordos entre as partes, num esforço concentrado de uma semana”**

poderemos escolher aqueles que têm maior probabilidade de ter uma solução acordada, o que certamente vai resultar num número maior de conciliações e conseqüente desafogamento do acervo processual”, explica.

O juiz ressalta ainda que a antecipação da data para o evento, em relação à segunda edição, pode ser um fator positivo. “Em 2007, alguns juízes já estavam em férias quando a Semana da Conciliação aconteceu. Com a antecipação, teremos um número maior de juízes envolvidos e certamente mais audiências realizadas.” De acordo com o magistrado, a Comissão está traçando as diretrizes gerais para a organização da Semana de 2008, mas os pormenores serão definidos pelos membros da Comissão que será designada pelo



Rosana Souza

Monte Santo de Minas obteve o melhor resultado entre as comarcas de 1ª Entrância, durante a Semana da Conciliação de 2007

próximo presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende.

## Premiação

Entre os dias 18 de julho e 6 de agosto, o TJMG rememorou a Semana da Conciliação de 2007, premiando as comarcas com melhor desempenho no evento. As homenagens aconteceram nas cidades-sede das comarcas, em solenidades que contaram com a participação do presidente do Tribunal, desembargador Orlando Carvalho.

Foram premiadas as comarcas de Monte Santo de Minas, destaque da Primeira Entrância; Curvelo, da Segunda Entrância; e Governador Valadares, da Entrância Especial. A Comarca de Belo Horizonte foi homenageada pelos mais de 10 mil atendimentos prestados, representando 23% do total do Estado. Foi homenageada ainda a Central de Conciliação de Precatórios, por ter alcançado 100% de conciliações e pela soma dos valores acordados, na casa dos R\$ 25 milhões.



Patrícia Meilho

# TJ e Polícia Militar consolidam parceria

Reinaldo M. Gomes e Solange Magalhães

A Assessoria Militar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais foi reestruturada no final de 2006, de forma a ampliar a relação entre a magistratura e as forças policiais em todo o Estado. Naquela época, a Presidência do TJMG e o Comando-Geral da Polícia Militar decidiram que as duas instituições poderiam trabalhar em conjunto, unificando e planejando ações.

Na opinião do presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, a ampliação da Assessoria Militar "representa um grande avanço para o Poder Judiciário de Minas, para que seja dado o tratamento adequado à questão da segurança, com o envolvimento de profissionais experientes e com profundo conhecimento na área. Ela propicia maior tranquilidade para magistrados, servidores, operadores do Direito e usuários da Justiça."

Já o superintendente para Relações Institucionais junto à Polícia Militar, desembargador Eli Lucas de Mendonça, pondera que as ações da Assessoria se pautam no profissionalismo, que é marca registrada da PMMG. "Certamente essa parceria produz bons resultados para os integrantes das duas instituições e para a comunidade", acrescenta.

O setor presta um apoio direto à Presidência do TJMG em seu relacionamento com as autoridades policiais e providencia os meios de segurança para todos os membros do Poder Judiciário Estadual. A Assessoria atende também os integrantes da Polícia Militar, confirmando a parceria que sempre houve entre o Poder Judiciário e a Polícia Militar em assuntos ligados à defesa social. Já os servidores podem ser orientados em questões relacionadas a pedidos de policiamento e registro de ocorrências, entre outras.

## Agilidade

Na avaliação do major Argemiro Martins de Lima, assessor militar do TJMG desde julho passado, de 2007 para cá, houve um encurtamento das vias administrativas no atendimento

A Assessoria Militar do TJMG providencia meios de segurança de magistrados, servidores e usuários da Justiça

às demandas por segurança envolvendo os magistrados. Segundo ele, os pedidos não precisam mais ser encaminhados diretamente à Presidência, ao Comando da Polícia Militar ou à Corregedoria-Geral de Justiça. Hoje, eles podem ser enviados diretamente à Assessoria Militar. "Nossa equipe se encarrega de tomar as providências necessárias junto às forças policiais locais", esclarece o assessor. Os serviços estão disponíveis 24 horas por dia, de segunda a sexta-feira, na sala localizada no Palácio da Justiça. À noite e nos finais de semana, pelo telefone de plantão 9979-9570.

O major revela que as estratégias de divulgação das atribuições da Assessoria Militar, principalmente no interior, não se dão apenas por meio de ofícios. "Por ocasião de acompanhamento de magistrados em compromissos oficiais nas diversas comarcas, ou em função das vistorias técnicas nos fóruns, os juízes conhecem melhor o nosso trabalho. Hoje, um bom número de juízes já conta com o suporte oferecido pela Assessoria", esclarece.

E a informação é confirmada pela juíza de Ibiá, Flávia Generoso de Mattos. Para ela, o juiz ou o promotor, no exercício de suas funções, precisa do apoio das autori-

dades policiais para lidar com questões ligadas à segurança, intimidando e coibindo a ação criminosa. "Muitos magistrados ainda não têm noção de quanto é ágil e exemplar o trabalho da Assessoria Militar do Tribunal de Justiça", avalia a juíza.

## Vistorias

De acordo com dados da Assessoria Militar, de janeiro a julho de 2008, foram prestados 53 atendimentos a magistrados e servidores, que precisaram da atuação policial. No mesmo período, a Assessoria Militar realizou vistorias técnicas em 26 comarcas, relacionadas à vigilância física dos fóruns. São avaliados a estrutura dos prédios, o movimento de pessoas, os riscos à integridade do magistrado, a incidência criminal da região e as circunstâncias que possam sugerir o reforço da segurança.

O parecer técnico, então, é encaminhado à Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio (Dirsep), que, após avaliação do documento, opta pela contratação de vigias ou vigilantes armados. A Assessoria Militar atende pelos telefones 3237-6972, 3237-6984 e 3237-6971.

**O**s serviços estão disponíveis 24 horas por dia, de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup>-feira, na sala localizada no Palácio da Justiça. À noite e nos finais de semana, pelo telefone de plantão 9979-9570



Renata Mendes



Nova servidora assina termo de posse

# Posse no TJ:

# mulheres superam em número

Daniel Oliveira

Dentre os 81 novos servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que tomaram posse no dia 4 de agosto, destacavam-se elas: as mulheres. Na fila que se formou aos poucos, até chegar ao final do auditório do Anexo II do TJMG, era clara a proporção de três mulheres para cada homem que passava a fazer parte do quadro de servidores da Justiça de 2ª Instância.

Foram empossados 64 oficiais judiciários, treze técnicos judiciários (especialidade Direito), dois contadores, um oficial de Justiça e um psicólogo.

No meio de todos esses números, pessoas com as mais diversas histórias. A bacharel em Direito Raquel Lucena Barbosa estudou na Faculdade Milton Campos e entra no TJ com esperança de ir para a área judiciária. "Já fiz estágio no Fórum, tenho a intenção de continuar estudando e passar em um concurso da magis-

tratura ou do Ministério Público estadual", afirmou a servidora, empossada como oficial judiciário. É o mesmo cargo de Natália Marcondes Ventura, que estuda Direito na

Fumec e se forma no ano que vem. "Fiz estágio na Justiça do Trabalho, mas ainda não tive muito contato com o Tribunal e a Justiça Comum", considerou.

## Mudanças

Já Patrícia Carvalho Paiva está entrando no universo do Direito agora. Ela começava o curso no Uni-BH no mesmo dia em que tomou posse.

Formada em Fonoaudiologia, a servidora começou a estudar para o concurso e descobriu sua paixão pelas leis. Patrícia disse ainda trabalhar pela manhã na Santa Casa, como fonoaudióloga, mas, "com a faculdade à noite, o ritmo vai ficar muito pesado e eu

devo acabar largando e ficando só com o TJ e o Direito mesmo", ponderou.

Outra que teve que fazer escolhas foi Rosileide Almeida. Natural de Brasília de Minas, ela se exonerou do cargo de professora três dias antes de ingressar no TJ. E só se mudou para Belo Horizonte no fim-de-semana antes da segunda-feira da solenidade de posse. "Tenho família lá. Estou ligando todo dia para eles, ainda é difícil", confessou.

Também ocupando o cargo de oficial judiciário, Rosileide teve que trancar o curso de Serviço Social. Mas ela não se arrepende. "Eu trabalhava com muitas crianças. Era ensino básico e creche ao mesmo tempo", ela explica. "Era muito pesado. Aqui no Tribunal vai ser tudo novidade, tudo diferente", afirmou.

Logo após a posse, os novos servidores iniciaram o curso Servidor Integrado (Serin), de introdução ao Judiciário, com duração de dois dias e realizado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). Após o término, eles passaram a ocupar as vagas nos mais diversos setores do TJMG.

Reinaldo M. Gomes

# “Gostaria de ter feito ainda mais”

Rachel Barreto

A administração do desembargador Orlando Carvalho termina neste mês de setembro. O balanço final mostra-se altamente positivo, com inúmeras conquistas em diversas áreas, ainda que o espírito empreendedor do presidente o deixe com a sensação de que poderia ter feito mais. “Mas uma coisa é certa: eu procurei fazer o máximo possível para o Tribunal e acredito que minha administração foi muito produtiva”, afirma.

**L**eia a íntegra do documento no Portal TJMG, no banner Relatório de Gestão

Para o biênio 2006 e 2007, o Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD) previu os objetivos institucionais de agilizar a prestação jurisdicional, otimizar os recursos orçamentários e financeiros, levar a efeito a unificação física dos Tribunais, além de produzir e gerenciar informações para atingir os resultados esperados pela sociedade. Grandes desafios foram enfrentados de maneira decidida ao longo da gestão, como mostram os resultados obtidos.

## Prestação jurisdicional

Um dos focos da gestão foi o aprimoramento da prestação jurisdicional, procurando reduzir o acervo da 1ª e da 2ª Instância e aumentar a taxa de celeridade no atendimento. Nesse sentido, metas de distribuição, autuação e conclusão dos processos foram estabelecidas, estão sendo buscadas e alcançadas. “Demos continuidade à implantação do redesenho do Tribunal, modernizando-o e obtendo resultados bastante expressivos”, destaca Orlando Carvalho.

Apesar do crescimento da demanda processual nos últimos anos, a Justiça de 1ª Instância mostrou aumento no potencial de julgamentos e, em consequência, tendência de redução na velocidade de crescimento do acervo.

Para a 2ª Instância, foram estabelecidas metas para garantir a agilidade da remessa de processos, a confiabilidade no cadastramento e triagem dos feitos, o cumprimento de prazos legais para publicação de decisões e acórdãos, dentre outros objetivos.

Assim, já foi possível diminuir o tempo de tramitação processual na 2ª Instância. Entre outubro de 2006 e junho de 2008, 47% dos processos foram julgados em até 90 dias, sendo que 12% foram julgados em menos de um mês.

Outro destaque é a nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias, cuja votação foi concluída na Assembléia Legislativa, submetida ao governador, e retornou à Assembléia para avaliação dos vetos

## Conciliação

“A conciliação é a prestação jurisdicional do futuro”, acredita o presidente. “As populações e demandas crescem, e, para acompanharmos esse ritmo no futuro, precisamos de que pelo menos 80% das demandas sejam resolvidas pela conciliação”.

Investir na conciliação é uma forma de agilizar a resolução de conflitos e também de promover a cultura do entendimento. Durante a gestão, buscou-se ampliar o atendimento à população e também a quantidade de acordos.

Atualmente, Minas conta com 146 varas especializadas e



Emanuel Pinheiro (EM)

Dirigentes dos três poderes estaduais no lançamento da pedra fundamental da nova sede do TJ



Ao lado do vice-presidente da República, e da presidente do STF, Orlando Carvalho abriu a 2ª Semana da Conciliação em BH, em 2007

Guilherme Dardaman



O processo judicial eletrônico é realidade no Juizado Especial do Barreiro (foto), UFGM, Gutierrez e Relações de Consumo

Joubert Oliveira



Marcelo Albert

Lançamento do  
Processo Judicial  
Eletrônico em  
agosto de 2007



Rossana Souza

Na instalação  
da Comarca  
de Carmópolis  
de Minas, ao  
lado do  
prefeito de  
Carmópolis e  
do juiz de  
Oliveira

73 turmas recursais dos Juizados Especiais, 243 Centrais de Conciliação, 324 Juizados de Conciliação e a Central de Conciliação de Precatórios, que visa acelerar o pagamento da dívida do Estado, de municípios e outros entes ligados à administração pública.

## Tecnologia

Para Orlando Carvalho, a informatização foi o foco principal de sua administração, desde o início. A tecnologia foi valorizada com investimentos de peso e com projetos inovadores, que já estão trazendo reflexos para o dia-a-dia da Justiça mineira.

Dentre as ações empreendidas, o presidente destaca a implantação pioneira do Sistema CNJ de processo judicial eletrônico, em agosto de 2007, que “hoje é uma realidade e está servindo de modelo para todo o Brasil”. Atualmente, o Sistema CNJ já está funcionando em todos os Juizados Especiais de Belo Horizonte e na Justiça Comum de 1ª Instância (Vara de Registros Públicos do Fórum Lafayette).

Durante a gestão, foi atingida a meta de 100% das 295 comarcas informatizadas, cujas informações processuais estão disponíveis para consulta no Portal do TJMG. O Portal consolidou-se como importante veículo de comunicação, informação e serviços, recebendo uma média de mais de um milhão de visitas por mês.

Outras ações inovadoras foram: a criação do Diário do Judiciário Eletrônico (DJe), novo órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário de Minas Gerais; a implantação do Sistema Hermes de malote digital, inclusive para expedição de alvará de soltura por meio eletrônico; a criação da Central Eletrônica de Atos Notariais e de Registro; e a transmissão eletrônica de carta precatória.



**A tecnologia foi valorizada com investimentos de peso e com projetos inovadores, que já estão trazendo reflexos para o dia-a-dia da**

**Justiça mineira**

## Estrutura

A própria infra-estrutura física do Tribunal foi aprimorada, sempre visando tornar o Judiciário cada vez mais forte, ágil e acessível. Durante a gestão, foram concluídas 30 obras de reforma, ampliação, construção ou adaptação. Atualmente, nove obras estão em execução e outras 14 em

processo de licitação. Estão em andamento também as obras de construção da nova sede do TJMG. Orçada em R\$ 378 milhões, a edificação terá uma área de 136.647 m<sup>2</sup> e deve ser concluída em 2013.

## Redução de gastos

A autonomia financeira do Tribunal foi outra prioridade da gestão. Foram implantados mecanismos mais eficazes para aumentar a arrecadação e intensificadas medidas para redução de custos, tornando mais eficiente a gestão dos recursos.

Houve evolução das entradas de caixa, o que possibilitou crescimento significativo na formação das reservas financeiras e a manutenção da pontualidade dos pagamentos, em uma administração financeira sustentada que garante a política de investimentos.

## Recursos humanos

O quadro de pessoal é parte fundamental da Instituição. Por isso, investiu-se em valorização e capacitação de magistrados e servidores, bem como na regularização do quadro de terceirizados.

Entre setembro de 2006 e junho de 2008, foram nomeados 1.931 novos servidores e 70 juízes de direito substitutos. Em 2007, foi realizada licitação para contratação de terceirizados, gerando economia de R\$ 22 milhões por ano.

## Futuro

O atual modelo de gestão permite que as ações tenham continuidade, sempre tendo em vista o aprimoramento institucional em benefício da sociedade. Assim, os resultados alcançados ao longo da gestão se colocam como um passo para o progressivo fortalecimento do Judiciário, buscando cada vez mais dinamismo, transparência e efetividade. “Acredito que vamos ter continuidade e, mais que isso, que o Tribunal vai sempre aperfeiçoar seus serviços para a melhor prestação jurisdicional”, afirma Orlando Carvalho.

# Processo eletrônico

Durante solenidade no Gutierrez, o presidente Orlando Carvalho prestou homenagem ao desembargador Fernandes Filho



## acelera trabalho dos Juizados

Francis Rose

O Sistema CNJ de processo judicial eletrônico chegou, no início deste mês, ao Juizado Especial das Relações de Consumo. A implantação foi mais um passo no trabalho do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para abandonar em definitivo o processo em papel nos Juizados da capital. Em julho, o Sistema CNJ chegou ao Juizado Especial Cível – unidade Gutierrez, para as ações cíveis decorrentes de acidentes de veículos. Agora, o Tribunal se prepara para a implantação do processo eletrônico no Juizado Especial Criminal, último a receber o Sistema CNJ.

A implantação do processo eletrônico

deve contribuir para o aumento da demanda nos Juizados de Belo Horizonte. Como os conflitos têm sido resolvidos em menos tempo, mais cidadãos têm se sentido atraídos a buscar a Justiça. Isso significa que, em 2008, o número de processos deve superar os 115 mil distribuídos em 2007.

O presidente do TJMG, Orlando Adão Carvalho, deixando o cargo, deixa registrado que acredita que a implantação do Sistema CNJ foi um dos avanços de sua gestão. "O grande sonho

a ser alcançado é ter o processo eletrônico funcionando em todo o Judiciário", adiantou. Trabalham para atingir essa meta servidores e magistrados, com acompanhamento do Conselho de Supervisão e

Gestão dos Juizados Especiais, presidido pelo desembargador Fernandes Filho.

### Realidade

Na unidade Gutierrez, o processo eletrônico foi implantado em julho para as ações cíveis decorrentes de acidentes de veículos. Naquele Juizado, o Sistema CNJ já estava em funcionamento para as ações ajuizadas por microempresas e nas relacionadas a títulos extrajudiciais. Atualmente, o processo eletrônico também está em funcionamento nos Juizados da UFMG e do Barreiro.

Na UFMG, primeiro local a receber o Sistema, o processo eletrônico completou um ano no mês passado. Nesse período, apenas nessa unidade, foram distribuídos mais de 14 mil processos, com tempo médio de tramitação de 91 dias. "Antes do processo eletrônico, o tempo médio de tramitação em um Juizado Especial era de 150 dias", explica o juiz Renato Luiz Faraco, do Juizado na UFMG.

No Juizado Especial Cível – unidade Barreiro, de abril deste ano (quando o processo eletrônico teve início no local) até o fim de junho, 467 processos foram distribuídos eletronicamente, com tempo médio de tramitação de 32 dias.

Segundo o juiz Renato Luiz Faraco, quando o processo eletrônico começou, ele não atendia à realidade mineira e precisou ser aprimorado pelo TJMG e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para o juiz, o novo sistema tem duas vantagens principais: a celeridade na tramitação e a facilidade para o cidadão, que tem acesso a seu processo pela *internet*.

O juiz coordenador dos Juizados Especiais de Belo Horizonte, Vicente de Oliveira Silva, confirma os avanços e diz que o balanço é positivo: "O Sistema trouxe facilidades para o cidadão que busca a Justiça".

**O grande sonho a ser alcançado é ter o processo eletrônico funcionando em todo o Judiciário"**

Sistema CNJ permite que usuário tenha acesso aos andamentos processuais pela *internet*

Renata Mendes



# De volta à ativa **pela conciliação**

Renata Ferrer

Aos 79 anos, o desembargador Monteiro de Barros, aposentado desde 1999, continua na ativa, trabalhando como conciliador voluntário – atuação que lhe rendeu, em agosto, uma homenagem do Tribunal. Nascido em Santa Luzia, ele ingressou na magistratura em 1961 e foi promovido ao cargo de desembargador em 1979. Foi corregedor-geral de Justiça (1988-90) e presidente do TJMG (1995-97). A firmeza que demonstrou desde a escolha da carreira – resolveu ser juiz contra a vontade do pai, que o queria engenheiro – permanece no olhar, na voz e na forma de viver, com uma rotina que inclui trabalho voluntário, café sem açúcar “desde os 10 anos” e ginástica três vezes por semana. Casado há mais de 50 anos, pai de quatro filhos, nas horas vagas dedica-se à família e às paixões por futebol, cinema e viagens. Conselheiro do Clube Atlético Mineiro, até quatro anos atrás batia ponto no Mineirão aos domingos,

mas trocou a emoção *in loco* pela televisão após encontrar o carro quebrado ao lado do estádio. Orgulha-se de seu acervo de cinéfilo: são 2.650 filmes catalogados, “inclusive todos os vencedores da história do Oscar, com exceção de Cavalcada, de 1933”. E, quando viaja, nada de táxi: só anda de metrô, “para sentir a cultura e viver o lugar”.

**TJMG Informativo** – O que o levou a se tornar um magistrado conciliador?

**MB** - Desde que fui convidado a participar do Juizado de Conciliação, há quase dois anos, tenho atuado no Juizado do Sion, no Colégio Santa Dorotéia. Quando a Dra. Ângela (a juíza Ângela de Lourdes Rodrigues, coordenadora da Central de Conciliação da Capital) lançou o projeto *Magistrado Conciliador*, fui novamente procurado e atendi à solicitação. Estou trabalhando às quartas-feiras em conciliações no Fórum. É um trabalho voluntário de que gosto, porque sinto um prazer muito grande em ajudar. Sinto que é um dever meu; é também uma obrigação que tenho, por pertencer ao Judiciário. Estou pronto para colaborar, mesmo aposentado.

**TJMG Informativo** – Com sua experiência na magistratura, como vê o avanço da conciliação e as iniciativas da Justiça mineira para incentivá-la?

**MB** - A conciliação é um grande objetivo do Judiciário, até porque o Código de Processo Civil já abriu essa possibilidade. A tendência é que as demandas possam ser cada vez mais conciliadas. Mas isso ainda não está bem sentido na mentalidade do brasileiro, que acha que conciliar significa ceder, e, se ceder, está perdendo. Então, às vezes, a pessoa prefere aguardar que o

de 1973, que trouxe mudanças estruturais. Antes, o processo tinha um andamento muito pesado, de acordo com o juiz, que ficava praticamente livre para movimentar da forma que quisesse. Mas uma das melhores mudanças foi a criação dos Juizados Especiais. Com as causas de pequeno valor, sem necessidade da presença de advogado, aumentaram as oportunidades de o pobre ir a juízo.

**TJMG Informativo** – Hoje a Justiça está mais próxima do cidadão?

**MB** - Sim. No início de minha carreira a Justiça era muito distante do cidadão. O sistema ainda não é perfeito, mas a Justiça aproximou-se muito do povo, deu a ele mais oportunidades de demandar. As populações estão crescendo, o número de demandas aumentando, ainda precisamos de modificações e adequações. Mas já melhorou muito.

**TJMG Informativo** – Com as lições que aprendeu em quase 38 anos de magistratura, que mensagem passaria aos juízes iniciantes?

**MB** - Se vierem só em busca do salário, não serão bons juízes. Juiz tem que ter vocação. É uma profissão penosa e muito difícil. E outra coisa: isso de morar em cidade vizinha e se deslocar até outra para trabalhar é prejudicial, porque, para julgar bem, tem que sentir a vida da comunidade. Hoje o juiz ganha bem, não tem problema de casa nem de receber pagamento atrasado, como nós tínhamos. Eles só precisam saber que a profissão exige sacrifícios e que a palavra para uma carreira vitoriosa é dedicação.

**A tendência é que as demandas possam ser cada vez mais conciliadas”**

Judiciário se pronuncie e resolva a questão. Ainda temos que aperfeiçoar e incentivar a conciliação para que se enraíze no povo. O projeto *Magistrado Conciliador* já é um avanço nesse sentido: são magistrados que teoricamente não estariam trabalhando, mas que continuam tentando ajudar a mudar a mentalidade do povo.

**TJMG Informativo** – Desde seu ingresso na magistratura, quais são as principais mudanças por que passou a Justiça?

**MB** - Um fator importante foi o Código de Processo Civil,

Rossana Souza



“Sinto um prazer muito grande em ajudar”



Guilherme Dardáhan

A Copeq conta com o trabalho de sete técnicos

# Setor de Pesquisa facilita decisões

Marcos Xavier

Você precisa de informações para fundamentar uma decisão judicial ou administrativa? O Tribunal de Justiça possui um setor específico para essa demanda. Trata-se da Coordenação de Pesquisa e Orientação Técnica (Copeq), localizada na Unidade Francisco Sales.

A Copeq realiza, mediante solicitação, pesquisa de jurisprudência, doutrina e legislação para desembargadores, juízes da capital e do interior e assessores. Também podem solicitar pesquisas os gestores e assessores do TJMG – 1ª e 2ª Instâncias – que necessitem de fundamentação para suas decisões de cunho administrativo.

O resultado das pesquisas (material informacional selecionado) é encaminhado ao interessado, em geral, em 24 horas e, no máximo, em 48, por fax, por malote ou meio eletrônico.

O setor, coordenado pela servidora Karina Rezende, conta com sete técnicos altamente qualificados e está à disposição também para orientar magistrados, assessores e gestores a realizar uma pesquisa, caso eles mesmos queiram fazê-la.

Subordinada à Superintendência da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), a Copeq pertence à Gerência de Biblioteca, Pesquisa e Informação Especializada (Gedoc), ligada à Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (Dirged).

“Não são raras as vezes em que o magistrado ou seus assessores se vêem diante de casos complexos, sem tempo para realizar uma pesquisa aprofundada que fundamente suas decisões. É nessa hora que o pesquisador pode, efetivamente, prestar

sua contribuição, na medida em que busca as informações em fontes confiáveis”, declara a diretora da Dirged, Maria Cristina Cheib.

## Fontes

Para pesquisas jurisprudenciais, a Copeq utiliza as bases de dados dos tribunais superiores e dos tribunais de Justiça, de Minas e de outros Estados. Para pesquisas relacionadas à doutrina, o setor utiliza o acervo das bibliotecas do TJMG e de universidades, através de intercâmbio de informações. Já para pesquisas sobre legislação, as fontes são as bases de dados da Presidência da República, do Senado, da Assembléia Legislativa do Estado e de prefeituras, entre outros.

**Sempre tenho um excelente atendimento, acho o setor ‘nota 10’”**

## Presteza

A juíza Regina Célia Silva Neves, do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, solicita pesquisas com frequência à Copeq. Ela diz que muitas vezes necessita de subsídios para suas decisões, mas não tem tempo nem meios para fazer uma pesquisa. “Às vezes preciso expedir uma liminar e, quando solicito dados à Copeq, a resposta vem em minutos”, declara a magistrada. “Solicito informações relativas tanto à área criminal

quanto à cível, uma vez que coopero com outras áreas. Sempre tenho um excelente atendimento, acho o setor ‘nota 10’”, conclui.

### Como solicitar uma pesquisa

As pesquisas podem ser solicitadas pelo e-mail [copeq@tjmg.jus.br](mailto:copeq@tjmg.jus.br), telefone (31) 3289-2292 / 2293 ou através do link na página da Efej. Para acessá-lo, basta entrar no Portal TJMG [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br), clicar em 2ª Vice – Escola Judicial / Efej e então Serviços de Pesquisa / Solicite sua Pesquisa.

O interessado deve fornecer à Copeq o maior detalhamento possível sobre o tema desejado.

O material pode ser entregue por meio eletrônico, via fax ou malote, conforme a preferência do demandante.

# Prisões humanizadas, sonho possível nas Apacs

Ione Bernadete

A experiência vitoriosa da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Itaúna, implantada em 1986 – nos moldes da pioneira paulista de São José dos Campos, instalada em 72 pelo idealizador do método, advogado Mário Ottoboni –, tem atraído dezenas de adeptos pelo Brasil afora e já ultrapassou as fronteiras do País.

Para aprofundar o conhecimento desse método de humanização prisional e receber orientação sobre a implantação da Apac, cerca de duas centenas de pessoas de Minas e do Brasil, em julho, participaram do VI Congresso Nacional das Apacs, em Itaúna.

A Apac é uma entidade civil de Direito Privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e reintegração social de condenados a penas privativas de liberdade, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena.

O trabalho na Apac utiliza um método de valorização humana e os próprios presos (chamados de recuperandos) são co-responsáveis pela sua recuperação. Eles têm assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestadas pela comunidade. A segurança e a disciplina dos presídios – conhecidos por Centros de Reintegração Social – são feitas por eles próprios, com o suporte de funcionários, voluntários e diretores das entidades, sem a presença de policiais e/ou agentes penitenciários.

Essa modalidade de tratamento penal é amparada pela Constituição Federal e possui seu estatuto resguardado pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal.

## Propagação

O índice de reincidência na Apac, em torno de 8%, inspira a propagação dos centros de recuperação. Hoje, existem aproxima-

damente 100 unidades, em funcionamento ou em processo de implantação, espalhadas em todo o território nacional.

Desde 1986, a Apac se filiou

**O índice de reincidência na Apac, em torno de 8%, inspira a propagação dos centros de reintegração”**

à *Prison Fellowship International* – PFI, órgão consultivo da ONU para assuntos penitenciários. A partir dessa data, o método passou a ser divulgado mundialmente, por meio de congressos e seminários, e muitas delegações já visitaram Itaúna.

Países como Alemanha, Bulgária, Estados Unidos, Chile, No-

ruega, Inglaterra, Equador e Costa Rica são alguns que já adotaram o modelo da Apac mineira. Em Minas, o Tribunal de Justiça incentiva a criação das Apacs nas comarcas através do Projeto Novos Rumos na Execução Penal. Mantém parceria com o Governo Estadual e conta com o apoio do Ministério Público na implantação dos centros de reintegração social.

## Congresso

Nos três dias do VI Congresso Nacional, de 17 a 20 de julho, os participantes conheceram a Apac, sua origem, filosofia e os elementos fundamentais do método. Ouviram testemunhos, participaram de oficinas, conferências, discussões em grupo, trocaram experiências, visitaram os centros de reintegração social e ouviram a apresentação de corais dos recuperandos.

O promotor de Justiça de Vitória/ES, César Augusto Ramalhes, que acompanhou a equipe

de Cachoeiro de Itapemirim presente ao evento, declarou que conhecia a Apac através de vídeos, de leituras, inclusive de livros de Mário Ottoboni. Ele contou que, a partir da disponibilidade da comunidade capixaba de Cachoeiro do Itapemirim, com o apoio do Executivo estadual, o MP resolveu interagir para discutir a possibilidade de implantação do método naquela cidade. “A participação no Congresso consolidou o meu convencimento de que o Método Apac é uma alternativa altamente eficaz, que se contrapõe ao sistema tradicional, principalmente porque convoca a sociedade a assumir o seu papel no contexto da execução penal,” conclui o promotor.

Juízes, promotor e advogado participaram de debate com a imprensa durante o Congresso



# Fúria popular no *Cineclube TJ*

Daniel Oliveira

Em tempos de indignação popular e de 'casos Nardoni', o *Cineclube TJ* discute a irracionalidade das turbas com *Fúria*. Primeira produção do cineasta austríaco Fritz Lang em Hollywood, o filme conta a história de Joe Wilson (Spencer Tracy), rapaz honesto confundido com um perigoso criminoso. Após ir preso e sofrer um sangüinário linchamento, ele é dado como morto, consegue fugir da cadeia e parte em busca de vingança contra seus agressores.

Realizado em 1936, *Fúria* chocou o público com seu realismo, incomum para o cinema norte-americano na época. Além de utilizar imagens reais de noticiários no filme, Lang surpreendeu ao não criar uma tradicional história hollywoodiana de redenção. O protagonista Joe Wilson, inicialmente ingênuo e crédulo, vai se tornando cada vez mais cínico e desiludido diante de um sistema que não o protege e de uma sociedade que não hesita em abandonar seus princípios cívicos e democráticos em favor da barbárie e da justiça com as próprias mãos.

*Fúria* retrata a fragilidade dos elementos que sustentam nossa civilidade. Em seu primeiro filme nos EUA, Fritz Lang já demonstra uma visão crítica e amarga do puritanismo canhestro norte-americano – levantando, 70 anos atrás, uma discussão atual e pertinente. A questão proposta pelo filme é complexa e ressoa ainda hoje: estamos dispostos a nos sujeitar à democracia que permite a assassinos e corruptos o direito de se defender; ou preferimos o julgamento popular e o linchamento coletivo, correndo o risco do erro e da condenação de um inocente?

*Fúria* será exibido no *Cineclube TJ* no próximo dia 25 de setembro. A sessão vai ser realizada às 19 horas, no Auditório do TJ da

avenida Francisco Sales, 1.446, térreo, Santa Efigênia. A sessão é comentada pelo desembargador Sérgio Braga, que relaciona o conteúdo do filme ao universo do Direito e da Justiça.



## Fritz Lang

Nascido em 5 de dezembro de 1890 em Viena, Fritz Lang se consagrou no cinema expressionista alemão da década de 1920. Entre os clássicos realizados por ele na época, estão *Metrópolis* (1927), considerado uma das maiores ficções científicas de todos os tempos, e *M – O vampiro de Dusseldorf* (1931), ambos envolvendo o perigo da irracionalidade e manipulação dos grandes coletivos populares.

Na década de 30, Lang fugiu para os EUA, após ser abordado pelos nazistas para produzir filmes políticos – sua esposa e roteirista, Thea Von Harbou, era simpatizante do partido. No exílio, além de *Fúria*, produziu outros clássicos, como *Só se vive uma vez* (1937), *Gardênia azul* (1953) e *Suplício de uma alma* (1956). Morreu em 2 de agosto de 1976, em Los Angeles, após ter dirigido e roteirizado mais de 40 filmes.

## CLICK DO LEITOR



Desembargador Mauro Soares de Freitas

Ponto culminante da Serra do Espinhaço, com 2.060 metros de altitude (altura corrigida no ano de 2007), o Pico do Itambé situa-se no município do Serro e a cerca de 30 km a leste da histórica cidade de Diamantina. É visto também da cidade de Peçanha, terra natal do magistrado que de lá o fotografou, numa tarde ensolarada.

Desembargador Mauro Soares de Freitas – 5ª Câmara Cível do TJMG

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).